

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS. – CPIROUAN

REQUERIMENTO N.º , DE 2016.

(Do Sr. Jorge Solla)

Requer seja convidada a Senadora Marta Suplicy, ex-ministra da Cultura no governo da presidente de Dilma Rousseff.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos art. 58, § 3º, da Constituição Federal, art. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja convidada a Senadora Marta Suplicy, ex-ministra da Cultura no governo da presidente de Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

Quando ministra da Cultura no governo da presidente Dilma Rousseff, a Senadora Marta Suplicy elegeu como prioridade de sua gestão a reforma da Lei Rouanet, processo iniciado na gestão do ex-ministro Juca Ferreira, ainda no governo do presidente Lula.

A proposta, encaminhada em 2010 para esta Câmara dos Deputados (o PL 6722/2010), foi aprovada em parecer conclusivo pelas comissões e encontra-se, neste momento, em tramitação no Senado (PLS 93/2014).

Assim como Juca Ferreira, a Senadora durante o período em que ocupou o cargo de ministra da Cultura criticou publicamente distorções que indicavam haver inconformidades com esta política pública: poucos produtores tinham condições de apresentar projetos, sempre os mesmos e absoluta maioria concentrada no sudeste do país: cerca de metade dos recursos são destinados a apenas 3% dos produtores – minoria preponderantemente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Sem dúvidas, conforme verificado na operação Boca Livre, da Polícia Federal, condições de disputa desiguais, que favoreciam determinadas empresas, foram fundamentais para que os empresários envolvidos nas fraudes se encorajarem a utilizar do mecanismo para financiar eventos e atividades privadas.

Ouvir a ex-ministra Marta Suplicy é de extrema importância para os trabalhos desta Comissão de Inquérito, para que possamos entender todo o funcionamento dos mecanismos de seleção, prestação de contas e auditoria dos recursos da Lei Rouanet, além de entender quais mecanismos possibilitaram fraudes.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2016.

Deputado **JORGE SOLLA**